



Anais da Assembleia

N.º 152

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1976

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 235.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1976. QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Lúcio Machado.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Adalberto Daros, Fuad Nacli, João Cioni Netto, Rosário Pitelli (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Fidelcino Tolentino) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Fidelcino Tolentino) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 239/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 374/76, Mensagem número 109/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo Aditivo entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de NOVA LONDRINA, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA no referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 236.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1976. QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Dácio Leonel e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Püddel, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Nelson Buffara (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Adalberto Daros, Fuad Nacli, João Cioni Netto, Rosário Pitelli (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, dispensa de P A U T A, para os Projetos de Resoluções números:

273/76, 274/76, 275/76, 272/76, 277/76, 278/76, 279/76, 280/76, 281/76, 282/76, 283/76, 284/76, 285/76, 286/76, 287/76, 288/76, 289/76, 290/76, 291/76, 292/76, 293/76, 294/76, 295/76, 296/76, 297/76, 298/76, 299/76, 300/76, 301/76, 302/76, 303/76, 304/76, 305/76, 306/76, 307/76, 308/76, 309/76, 320/76, 311/76, 312/76, 313/76 e 314/76, e Projetos de Lei números 101/76, 118/76, 122/76, 123/76, 124/76, 133/76 e 134/76.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, tendo em vista motivos que lhe impossibilitam as viagens aos Estados de Ohio e New York, na América do Norte, requer desistência da licença que

Ihe foi concedida pelo prazo de 30 (trinta) dias, licença essa, aprovada em sessão plenária no dia 05 p. passado.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, propõe à apreciação do Plenário a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Anna Chama George, progenitora do Digníssimo Doutor Nelson George, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social.

Outrossim, solicita, se aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento à família da extinta.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor e congratulações ao Dr. Reginaldo Fanckin, funcionário deste Poder, pela sua brilhante conquista do prêmio "Hugo Simas", em concurso de trabalhos jurídicos promovido pela O.A.B., secção do Paraná, sob o título "Estudo Crítico da Reforma Administrativa do Paraná" (aferição jurídico-constitucional), o qual representa mais uma valiosa contribuição do seu autor à ciência do direito público e, em particular, a esta Casa, que de há muito vem recebendo o inestimável assessoramento do seu dedicado consultor jurídico.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

- 1- Considerando, que a sede do distrito de Floriano no município de Maringá, está localizado a 15 (quinze) quilômetros da sede do município;
- 2- Considerando, que o município de Maringá implantou a reforma de ensino em quase todas as escolas rurais, beneficiando a população rural, e cumprindo o contido na Lei 5692 (Reforma do Ensino);
- 3- Considerando a situação "Sui-Generis" em que se encontram as sedes de Distritos Judiciários, perante a Lei 5692, ou seja: O Estado não assuma a responsabilidade da implantação da reforma do ensino, por entender que sede de Distrito Judiciário, não se enquadra como "área urbana", e os municípios também não querem assumir tal responsabilidade, por entender que os mesmos não pertencem a área "Rural";
- 4- Considerando, que o "Grupo Escolar Presidente Vargas" situado no distrito de Floriano, município e Comarca de Maringá, é de responsabilidade do Estado;
- 5- Considerando, que no referido prédio escolar, funciona em estado precário, um curso ginásial mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade;
- 6- Considerando, a baixa renda da população do referido Distrito, constituído em sua maioria por trabalhadores rurais diaristas (os chamados Boias-Frias).

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer à Mesa, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura de nosso Estado, solicitando providências urgentes no sentido de que já para o ano letivo de 1977, seja implantada a reforma do ensino na sede daquele Distrito, conseqüentemente, com o

funcionamento da 2.^a (segunda) parte do primeiro grau da 5.^a e 8.^a séries (antigo curso Ginásial) no Grupo Escolar "Presidente Vargas", localizado na sede do distrito de Floriano, município de Maringá.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 142/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE KARATÊ E ARTES MARCIAIS, com sede no município de Pato Branco.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Acadêmica de Karatê e Artes Marciais, tem por objetivo difundir a prática sadia do esporte do Karatê e outras modalidades de esportes similares, visando desenvolver entre os membros da comunidade, sobretudo entre a juventude, hábitos sadios que conduzem a um tipo de vida que certamente os distanciará da violência, criminalidade e outros hábitos nocivos que assaltam o mundo de hoje.

A entidade não tem finalidades lucrativas e já foi reconhecida por lei municipal a sua utilidade pública, merecendo todo o apoio dos poderes públicos.

PROJETO DE LEI N.º 143/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Art. 1.^o - As custas dos atos judiciais, respeitadas as disposições das leis de processo, serão contadas, cotadas e pagas de conformidade com este Regimento de Custas.

Art. 2.^o - Constituem custas:

- a) - as taxas das tabelas anexas;
- b) - os selos e despesas com os serviços postal, telegráfico da rádio comunicação e telefônico;
- c) - as taxas de expediente;
- d) - a taxa judiciária;
- e) - as contas de publicação de avisos ou editais;
- f) - as despesas de condução e estada, dentro do estritamente necessário, nas diligências, atendidas as condições locais;
- g) - os honorários de advogados arbitrados na sentença e os honorários, salários e percentagens de peritos, agrimensores, ajudantes, depositários ou quaisquer outros colaboradores do juízo quando arbitrados pelo Juiz, fixados a aprazimento das partes ou conforme a lei aplicável;
- h) - as despesas úteis ou necessárias, devidamente comprovadas, feitas com a guarda, conservação ou remoção de bens depositados;
- i) - as despesas de arrombamento e remoção das ações de despejo e reintegração de posse assim como, nas de demolição ou de nunciação de obras nova, as despesas relativas aos atos que o vencido não quiser praticar;
- j) - as certidões, públicas-formas, fotocópias e traslados de quaisquer atos ou documentos provenientes de ofícios ou repartições públicas e

autarquias administrativas bem como as traduções e as transcrições, no Registro Público, de documentos a ela sujeitos;

- l) as certidões afirmativas ou negativas de ônus, protestos de títulos, de ações ou de quaisquer atos judiciais;
- m) os impostos e taxas fiscais que forem pagos por determinação judicial ou em função do processo;
- n) as multas impostas na forma das leis vigentes;
- o) as indenizações devidas a testemunhas, na forma da lei.

Parágrafo único - Os atos previstos em lei ou decorrentes dos estilos e prazos do foro, não incluídos na discriminação feita neste artigo ou qualquer das tabelas, anexas, reputar-se-ão remunerados pelo conjunto das demais taxas ou pelos vencimentos percebidos por aquele que os praticar.

Art. 3.^o - Constituem custas de retardamento:

- a) as que paga o excipiente que decai da exceção;
- b) as que paga o recorrente, quando o juízo "a quo" lhe nega seguimento ao recurso, ou quando não se conhece do recurso ou lhe nega provimento.
- c) As previstas do § 3.^o do Art. 267 do C.P. Civil.

CAPÍTULO II CONTAGEM DAS CUSTAS

Art. 4.^o - As custas serão contadas, em todos os feitos, com discriminação e clareza, pelo contador público e cotadas da mesma forma, no final de cada instrumento, ato ou processo pelo serventuário auxiliar ou funcionário que o tiver lavrado.

Parágrafo único - O prazo para a contagem de qualquer feito é de 48 (quarenta e oito) horas,

Art. 5.^o - No Tribunal de Justiça, as custas serão contadas por funcionários da seção competente e as respectivas contas visadas pelo Diretor-Secretário.

Art. 6.^o - Os tabeliões consignarão, nos atos praticados nos livros respectivos, para constarem dos traslados e certidões que fornecerem, as custas cobradas.

Art. 7.^o - Os oficiais de Registros Públicos, bem como os de Protestos de Títulos, além da cota lançada nos documentos oriundos do registro, consignarão no final do ato praticado no livro respectivo as custas do ato.

Art. 8.^o - No juízo arbitral, as custas serão contadas pela pessoa que servir de escrivão e na conformidade do estipulado no ato de instituição respectiva.

Parágrafo único - Ocorrendo omissão, aplicam-se as tabelas constantes deste Regimento.

CAPÍTULO III PAGAMENTO DAS CUSTAS

Art. 9.^o - As custas nos feitos judiciais, serão pagas ao respectivo escrivão, que certificará o preparo nos autos e fornecerá recibo.

Parágrafo único - As custas da tabela VIII, números III e IV, e as do Distribuidor, serão pagas no ato da distribuição.

Art. 10.^o - Lançada a conta pelo contador, o escrivão fará conclusos os autos ao juiz, que, depois de verificá-la e fazer as glosas ou adições necessárias, nela aporá seu "visto".

Parágrafo único - As contas só serão consideradas exigíveis após o "visto" do juiz respectivo, que ficará também, responsável pela sua exatidão.

Art. 11.^o - Recebidos os autos, com o "visto" a que se refere o artigo anterior, o escrivão diligenciará em 48 horas a

intimação pessoal da parte, ou do respectivo procurador, responsável pelo pagamento, exarando a competente certidão.

Art. 12.^o - Efetuado o pagamento, o escrivão distribuirá às autoridades, serventuários, funcionários ou auxiliares da Justiça, a quota-parte de cada um, mediante rubrica na própria conta, no prazo de 15 dias, sob pena de pagá-las em dobro.

Parágrafo único - As custas devidas ao Partidor, quando do esboço de partilha, deverão ser pagas no ato, com cota no respectivo instrumento e as devidas ao Contador, serão pagas pelos titulares de ofícios, no ato da devolução dos autos a cartório, mediante rubrica na conta.

Art. 13.^o - As custas devidas à Ordem dos Advogados e às Associações, dos Magistrados, Ministério Público e Serventuários de Justiça, serão recolhidas mensalmente, incumbido ao Distribuidor fazê-las encaminhar às respectivas entidades.

Art. 14.^o - Decorridos 30 dias da intimação a que se refere o art. 11, se a parte ou o seu procurador não houver efetuado o pagamento das custas, o escrivão certificará a ocorrência e mediante despacho do Juiz notificará a parte contrária ou o órgão do Ministério Público, se fôr o caso.

§ 1.^o - Não havendo o pagamento no prazo estabelecido e ocorrendo alteração neste Regimento, as custas serão obrigatoriamente atualizadas.

§ 2.^o - Tratando-se de feito ou recurso em que o não pagamento das custas, em prazo certo, importará desistência renúncia ou deserção, esgotado o prazo, o escrivão certificará nos autos fazendo-os conclusos ao Juiz.

Art. 15 - Nas renúncias ou desistências de quinhões hereditários, as custas serão cobradas apenas uma vez e sobre o monte-mór.

Art. 16 - As custas reguladas por leis federais serão pagas na conformidade de provimento da Corregedoria Geral da Justiça.

Parágrafo Único - As custas devidas nos processos de liquidação de indenização por acidente do trabalho, consequentes de acordos entre as partes, serão distribuídas entre pessoas integrantes do respectivo juízo, na conformidade do disposto em portaria baixada bianalmente pelo Corregedor.

Art. 17 - O pagamento das custas ao serventuário ou funcionário competente, importa na presunção de preparo do processo ou recurso na data respectiva.

Art. 18 - As custas a cargo da Fazenda Pública estadual e municipal serão pagas mediante despacho da autoridade competente, em requerimento, devidamente instruído firmado pelo escrivão do feito, por si e em nome dos demais interessados, exceto as da distribuição que serão pagas no ato.

Art. 19 - O culpado pelo extravio de qualquer feito, pagará as custas de reforma dos autos perdidos.

Art. 20 - A falta de depósito ou pagamento das custas referentes aos atos ou diligências de defesa do réu, em processo criminal, não obstará a que sejam praticados e realizados, oportunamente, aqueles atos ou diligências, ficando a salvo aos interessados a cobrança pela via legal das custas devidas.

CAPÍTULO IV ISENÇÕES E REDUÇÕES

Art. 21 - São isentos de custas:

- a) os processos criminais de ação pública, ou quaisquer outros de iniciativa do Ministério Público, salvo as exceções da lei processual respectiva;
- b) os processos de habeas-corpus, quer em primeira, quer em segunda instância;
- c) os conflitos de jurisdição suscitados por autoridades

- judiciárias;
- d) - os processos de reclamação referentes a custas em primeira instância e as reclamações, representações, revisões em processos de menores, consultas, recursos e, em geral, os processos da competência do Corregedor e do Conselho Superior da Magistratura;
 - e) - as habilitações de casamentos de pessoas comprovadamente pobres;
 - f) - feitos em que houver decaído a parte beneficiada pela justiça gratuita nos termos das leis processuais;
 - g) - os atos e processos referentes a menores abandonados e delinquentes, bem como os relativos à licença para o trabalho de menores;
 - h) - nas ações por acidentes do trabalho, o acidentado ou os seus beneficiários, quando vencidos;
 - i) - os processos de arrecadação de herança jacentes e bens vagos inferior a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros);
 - j) - os processos de arrolamento e inventário, de valor inferior a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros);
 - l) - os processos de alvarás de levantamento de depósitos em nome de órfãos ou interditos de valor inferior a Cr\$... 1.000,00 (hum mil cruzeiros);
 - m) - os atos das autoridades, serventuários, auxiliares ou funcionários da Justiça que importem em fornecimento ou autenticação de papel ou documento que deva instruir pedido ou processos de benefício da Justiça gratuita, assim, como aqueles expressamente declarados gratuitos por lei federal ou estadual uma vez que consignado no respectivo texto o fim a que se destina.

Art. 22 — Nas execuções de valor inferior a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), serão devidas pela metade as custas respectivas, exceto as custas devidas ao Distribuidor e Contador Judicial.

Parágrafo Único — Não podem, porém, ultrapassar do duplo da dívida ajuizada, caso em que, reembolsadas as despesas de diligências efetuadas, serão as custas rateadas, pelo Juiz, em despacho.

Art. 23 — Nos feitos de valor reduzido, contestados ou não, e nos processos sem valor determinado, inclusive preparatórios, preventivos ou incidentes, poderá o Juiz, em despacho fundamentado, reduzir até a metade as custas respectivas, menos as de diligências, mediante pedido do interessado e uma vez convencido da boa fé do autor ou requerente e do resultado certamente negativo ou de que apenas será alcançado em parte o objetivo do procedimento judicial.

Art. 24 — Se a parte indicar a data precisa do arquivamento, ou o livro e a folha do ato que pedir, ou, tratando-se de documentos em processo, indicar mês e ano, a busca será cobrada pela metade.

Art. 25 — Nas reduções estatuídas neste capítulo, não se inclui a taxa judiciária, cuja incidência é regulada em lei própria.

CAPÍTULO V PENALIDADES

Art. 26 — O Juiz que visar a conta de custas em que haja parcelas individuais ou excessivas, torna-se passível da pena disciplinar.

Parágrafo Único — Antes da sentença ou remessa dos autos à Superior Instância, bem como antes do despacho final ou arquivamento, o Juiz verificará se as custas foram devidamente distribuídas, adotando de imediato, as medidas que se fizerem necessárias.

Art. 27 — Quem não cotar as custas em conformidade a este Regimento perderá, pela primeira falta cometida, o direito aos emolumentos que, se contados e recebidos, serão restituídos em dobro.

Art. 28 — O serventuário, auxiliar ou funcionário da Justiça que contar, cotar ou receber custas indevidas ou excessivas, ou desviar ou apropriar-se de custas pertencentes a outrem fica sujeito às penas, conforme a gravidade da infração e as circunstâncias do ato praticado, de advertência verbal ou em ofício reservado, censura nos autos ou em portaria, multa pagável em dinheiro que será recolhido aos cofres estaduais em décuplo e suspensão até trinta (30) dias, com perda dos proventos do cargo, além das perdas das custas contadas ou restituídas em dobro das recebidas indevidamente, ou em excesso, desviadas ou retidas.

§ 1.º — Fica vedado aos serventuários da Justiça a realização de qualquer trabalho que não seja peculiar às suas atribuições e ao ato que estiverem praticando. A cobrança de quaisquer quantias a esse título importará na aplicação das penas deste artigo.

§ 2.º — As penas do presente artigo serão aplicadas pelo Juiz ou pelo Corregedor, ou pelo relator do processo em qualquer das Câmaras do Tribunal de Justiça, ou ainda pelo Presidente do Tribunal, em relação aos funcionários do Tribunal de Justiça.

§ 3.º — Quando a penalidade for imposta pelo Juiz será o fato comunicado ao Conselho Superior da Magistratura, por intermédio do Presidente do Tribunal, e ao Corregedor. Nos demais casos, a comunicação será feita à Corregedoria Geral, que se incumbirá das notificações necessárias ou da publicidade do ato, se for o caso.

Art. 29 — Tratando-se de serventuário, auxiliar ou funcionário da Justiça sem garantia de estabilidade, o recebimento de custas indevidas ou excessivas, por malícia ou reiteração do erro, provada por esta certidão de advertência anteriormente imposta e definitivamente julgada, poderá a falta também, autorizar a demissão do culpado, a qual, no caso em que a expedição do respectivo ato administrativo seja da atribuição do Governador do Estado, ou de autoridade subordinada ao Executivo, dependerá, na esfera judiciária, de resolução e proposta do Conselho Superior da Magistratura, obedecidas as formalidades legais.

Parágrafo Único — No processo para a aplicação da pena a que se refere o presente artigo, o Corregedor funcionará como instrutor e relator.

Art. 30 — As penalidades constantes dos artigos 30 e 688, Parágrafo Único do Código de Processo Civil, bem como outras da mesma natureza, estatuídas em outras leis, serão aplicadas sem prejuízo das previstas neste Regimento e sem prejuízo em qualquer caso, da ação penal cabível.

Art. 31 — A pena de restituição ou de multa imposta por infração deste Regimento, ou de qualquer outra lei, não satisfeita dentro de 48 horas, será convertida em suspensão até 30 (trinta) dias, e assim será considerada para efeito do disposto no Código de Organização Judiciária.

CAPÍTULO VI RECLAMAÇÕES E RECURSOS

Art. 32 — A reclamação contra infração deste Regimento imputada a Juiz, será feita por meio de petição, devidamente instruída e dirigida ao Corregedor Geral da Justiça, que a decidirá desde logo ou a relatará perante o Conselho Superior da Magistratura, conforme a gravidade do fato.

Art. 33 — Quando a infração for atribuída a serventuário, auxiliar ou funcionário da Justiça, a reclamação será dirigida ao Juiz ou à autoridade perante a qual servir.

Parágrafo Único — Tratando-se de falta que possa ocasionar aplicações de multa ou de suspensão, poderá o Juiz encaminhar a reclamação ao Corregedor, a quem será, em qualquer caso, comunicada a ocorrência da reclamação e a

respectiva decisão, quando já houver sido proferida.

Art. 34 — A atribuição conferida ao Juiz, pelo artigo anterior, não exclui competência do Corregedor para receber, originariamente, qualquer reclamação contra serventuário auxiliar ou funcionário da Justiça de primeira instância.

Parágrafo Único — Conhecendo a reclamação que lhe for dirigida, poderá o Corregedor encaminhá-la ao Juiz para a respectiva instrução.

Art. 35 — Instruída a reclamação, proferirá o Corregedor a sua decisão, se não preferir relatar o processo perante o Conselho Superior da Magistratura, atendida a gravidade do fato.

Art. 36 — Da decisão ou ato impositivo de pena disciplinar por infração deste Regimento, cabe recursos, admissível dentro de cinco (05) dias para o Conselho Superior da Magistratura ou para o Tribunal Pleno, se a decisão for do Conselho Superior da Magistratura.

§ 1.º — O recurso que terá sempre efeito suspensivo, seguirá em primeira instância no que for aplicável, o processo de agravo de instrumento, em matéria civil, salvo quanto ao que se refere a custas e preparo.

§ 2.º — Se o Juiz reformar o despacho, poderá o reclamante protestar pela subida dos autos a superior instância.

§ 3.º — Tratando-se de pena imposta pelo Juiz, o Corregedor funcionará, em segunda instância, como relator do recurso.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 — A estimação do valor da causa, para efeito do cômputo das causas proporcionais, far-se-á em regra geral de acordo com o disposto no Título V, Capítulo VI, Seção II do Código de Processo Civil.

Parágrafo Único — Na reconvenção, o valor da causa para efeito deste Regimento, passará a ser o equivalente à metade do valor da ação.

Art. 38 — Nas liquidações de sentenças, as custas serão cobradas na base de dois terços (2/3) da Tabela IX sobre o valor total da execução.

Parágrafo Único — Nas declarações de insolvência, o valor será o ativo apurado.

Art. 39 — Nos processos de desapropriação, a conta de custas será feita na base real da indenização, fixado na sentença ou no termo de acordo.

Art. 40 — Nas ações inestimáveis e em geral, nas causas de valor não conhecido, tomar-se-á para base do cálculo das custas, o critério de fixação do Juiz, de acordo com a natureza da causa, que será fixado no despacho inicial.

Parágrafo Único — Nas ações possessórias, o valor da causa será o equivalente à metade do valor venal do imóvel.

Art. 41 — Aos serventuários, auxiliares e funcionários da Justiça é facultado exigirem o prévio depósito da metade dos emolumentos dos traslados, registros, certidões públicas, formas ou quaisquer outros atos ou documentos encomendados por interessados e que não possam ser praticados ou concluídos no momento; e em tal caso, ficam obrigados a dar recibo da importância antecipada, ressalvadas as disposições da Lei de Registros Públicos.

Art. 42 — Os escrivães do crime, salvo o caso do artigo 32, do Código de Processo Penal, poderão exigir o depósito prévio, mediante recibo, das custas calculadas nas ações intentadas mediante queixa, sem o que nenhum ato ou diligência será realizada.

Art. 43 — Os Escrivães do Cível, Varas de Fazenda Pública, de Família e Registros Públicos, poderão exigir da parte autora ou requerente, a título de garantia dos atos, diligências a serem efetuados, bem como das despesas com material e expediente do cartório, o depósito inicial de suas

custas integrais, conforme tabelas, na forma dos artigos 19 e 257 do Código de Processo Civil, ficando responsável pelo preparo das custas devidas ao Contador.

Parágrafo Único — Os depósitos serão certificados nos autos bem como, os abonos de despesas com diligências e respectivos comprovantes, para serem, oportunamente, abatidos pelo contador.

Art. 44 — As despesas de conduções e hospedagem às pessoas integrantes do Juízo, poderão ser satisfeitas de imediato pela própria parte interessada na realização da diligência.

§ 1.º — Quando não lhes sejam proporcionadas a condução e hospedagem, nos termos deste artigo, o Juiz poderá determinar o depósito prévio de quantia calculadamente suficiente ao provimento das referidas despesas, preferindo-se o menos dispendioso em veículos e hospedarias, contanto que compatíveis com a consideração devida aos órgãos da Justiça.

§ 2.º — Nas cidades, vilas e povoações, ou nos itinerários servidos por linhas regulares de transporte coletivo, nenhum serventuário auxiliar ou funcionário da Justiça poderá utilizar-se de outro meio de condução, salvo se as condições do tempo não o permitirem, a urgência da execução do serviço o requerer, ou a parte interessada autorizar expressamente, à sua custa, o uso de veículos privativos.

Art. 45 — Além de um exemplar deste Regimento à disposição das partes, os serventuários são obrigados a ter nos seus cartórios ou escritórios, em lugar em que se possa ser facilmente consultado, um quadro com a tabela das custas relativas aos atos mais comuns de suas atribuições.

Art. 46 — Aos distribuidores, incumbe proceder, no ato do cálculo de custas, a baixa da distribuição de execuções fundadas no item VI do artigo 585 do Código de Processo Civil, uma vez pagas nas respectivas Varas da Fazenda Pública, independentemente de despacho judicial.

Parágrafo Único — Fica facultado ao Juiz, a determinação da baixa de distribuições, mediante a devida averbação, nos processos que a comportarem, em decorrência de desistência, extinção, devolução à comarca de origem, bem como nos de notificação, protesto e interpelação.

Art. 47 — As cartas precatórias cíveis somente serão distribuídas após satisfeito o depósito de custas previstas nos artigos 9, parágrafo único e 43 deste Regimento de Custas.

Art. 48 — Não será expedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou seqüestro, sem o pagamento total de todas as despesas processuais aos serventuários que praticarem atos no processo.

Art. 49 — É facultado ao titular de ofício exigir antes do preparo nova avaliação de bens, para cálculo de contagem de custas processuais, nos inventários e arrolamentos, quando não ultimados no prazo de seis meses nos termos do art. 983 do Código de Processo Civil, e decorrido o prazo de um ano do despacho inicial.

Art. 50 — Fica assegurado aos titulares de ofícios, do cível, nas ações de consignação ou depósito, o pagamento das mesmas custas cotadas ao Depositário Público (Tab. XVI, item IV) pela guarda e responsabilidade.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51 — Os dispositivos dos Códigos de Processo Civil ou Penal e as leis federais que se referem à matéria de que trata este Regimento, bem como o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, e o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aplicam-se subsidiariamente ou supletivamente.

Art. 52 — Este Regimento aplicar-se-á a todos os feitos pendentes que ainda não se acham preparados, observados os

dispostos no § 1.º do artigo 14 deste Regimento.

Art. 53 — As tabelas do presente Regimento de Custas serão atualizadas automaticamente, baseando-se nos valores de referência corrigidos anualmente por ato do Governo Federal, cujas frações serão arredondadas para dezenas de centavos.

Art. 54 — As omissões deste Regimento serão resolvidas ou pela aplicação de tabelas assemelhadas ou por instrução do Corregedor, através consulta.

Art. 55 — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO

TABELA I ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I — Quaisquer recursos vindos da primeira instância ou impostos para Tribunais Superiores Cr\$ 30,00
- II — Reclamações, correções, parciais e conflitos de Jurisdição Cr\$ 30,00
- III — Mandatos de segurança originários:
 - a) um só requerente Cr\$ 50,00
 - b) por requerente que exceder Cr\$ 5,00
- IV — Ação rescisória, 4 por cento sobre o valor da causa, com o mínimo de Cr\$ 30,00 e o máximo de ... Cr\$ 180,00
- V — Deserção Cr\$ 20,00
- VI — Alvarás, ofícios, editais, traslados, carta precatória, ou rogatórias:
 - a) uma única folha Cr\$ 12,00
 - b) por folha excedente, cada uma Cr\$ 8,00

NOTA 1 — Nos demais processos originários cobrar-se-ão as mesmas custas fixadas para a primeira instância.

NOTA 2 — As custas previstas nos itens I a III e V serão pagas antecipadamente, na Secretaria do Tribunal na forma da Lei; as dos números IV e VI, na terminação do feito ou com a entrega do documento.

TABELA II DIRETOR SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I — Certidões:
 - as mesmas custas taxadas no item VI da Tabela IX.
- II — Registro de diplomas de bacharéis, ou cartas de doutores em direito Cr\$ 50,00
- III — Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas dos processos arquivados ou em andamento na Secretaria: As mesmas custas dos Tabeliões.

TABELA III DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CORREGERORIA GERAL DA JUSTIÇA E SECRETÁRIO DA PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

- I — Certidões:
 - As mesmas custas taxadas no item VI da tabela IX.

TABELA IV JUIZES DE DIREITO

- I — No Cível:
 - a) Decisões homologatórias, em quaisquer processos, despachos saneadores e sentenças definitivas em processos administrativos Cr\$ 10,00
 - b) Sentenças definitivas em processos contenciosos Cr\$ 20,00
 - c) Recursos:

embargos, sustentações ou reformas de despacho em recurso de agravo Cr\$ 10,00

II — No Crime:

a) Livramento condicional, inclusive revogação e reabilitação, decisões homologatórias, questões prejudiciais, perícias em geral, restituições de coisas apreendidas, seqüestro, incidentes em geral, fiança, busca e apreensão Cr\$ 10,00

b) Sentenças definitivas Cr\$ 10,00

c) Recursos:

sustentação ou reforma de qualquer natureza .. Cr\$ 10,00

III — Diligência:

a) na sede da comarca Cr\$ 20,00

b) fora da sede Cr\$ 30,00

TABELA V JUIZES ADJUNTOS

I — As mesmas custas taxadas na Tabela IV.

TABELA VI JUIZES DE PAZ

I — Pela arrecadação provisória de bens de defunto, de ausente ou vagos 3%

NOTA 1 — As despesas de conservação e guarda de bens arrecadados serão pagas à parte.

NOTA 2 — Pela diligência de casamento as mesmas custas taxadas na Tabela IV.

TABELA VII ATOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

I — Em Superior Instância:

a) Aos Procuradores da Justiça, pela intervenção em qualquer processo cível ou criminal sujeitos a custas Cr\$ 3,00

II — Em Primeira Instância:

a) Aos Promotores Públicos ou Substitutos, pela sua intervenção em qualquer processo de natureza criminal, sujeito a custas Cr\$ 3,00

b) Pelo Parecer sobre estatutos de fundação .. Cr\$ 3,00

c) Pela intervenção nos processos de concurso para provimento de serventia de Justiça, inclusive exame de habilitação de cada candidato Cr\$ 3,00

d) Pela intervenção no processo de habilitação para casamento Cr\$ 3,00

III — Aos Curadores, as mesmas custas taxadas para os Promotores Públicos.

IV — Diligências aos Promotores e Curadores, as mesmas custas taxadas para os Juízes de Direito.

TABELA VIII ASSOCIAÇÕES

I — A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, por feito de natureza contenciosa Cr\$ 1,50

II — A Associação do Ministério Público, por feito em que intervenha o respectivo representante Cr\$ 1,50

III — A Associação dos Magistrados do Paraná, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro Cr\$ 1,50

IV — A Associação dos Serventuários da Justiça, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro Cr\$ 1,50

TABELA IX ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL

Arrecadação de herança jacente e bens de ausentes

Cr\$ 300,00

Alvará:

- a) até Cr\$ 100,00 Cr\$ 10,00
- b) de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00 Cr\$ 20,00
- c) de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 35,00
- d) de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 50,00
- e) de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 100,00
- f) de Cr\$ 50.000,01 em diante Cr\$ 200,00

NOTA 1 — É vedada a cobrança progressiva das custas deste inciso ou item.

III — Arrolamentos e inventários:

As custas serão cobradas sobre o valor do monte-mór:

- a) até Cr\$ 1.000,00 isento
- b) de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 2.500,00 Cr\$ 100,00
- c) de Cr\$ 2.500,01 a Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 200,00
- d) de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 340,00
- e) de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 20.000,00 Cr\$ 380,00
- f) de Cr\$ 20.000,01 a Cr\$ 30.000,00 Cr\$ 420,00
- g) de Cr\$ 30.000,01 a Cr\$ 40.000,00 Cr\$ 500,00
- h) de Cr\$ 40.000,01 a Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 600,00
- i) de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 75.000,00 Cr\$ 800,00
- j) de Cr\$ 75.000,01 a Cr\$ 100.000,00 Cr\$ 1.000,00
- k) de Cr\$ 100.000,01 a Cr\$ 150.000,00 Cr\$ 1.300,00
- l) de Cr\$ 150.000,01 a Cr\$ 200.000,00 Cr\$ 1.600,00
- m) de Cr\$ 200.000,01 a Cr\$ 300.000,00 Cr\$ 2.000,00
- n) de Cr\$ 300.000,01 a Cr\$ 400.000,00 Cr\$ 2.500,00
- o) de Cr\$ 400.000,01 a Cr\$ 500.000,00 Cr\$ 3.000,00
- p) de Cr\$ 500.000,01 a Cr\$ em diante, mais 0,4 % até o máximo de Cr\$ 6.000,00

NOTA 1 — Pela partilha, 10% das custas acima.

NOTA 2 — Pelos formais de partilha, 10% das custas acima.

NOTA 3 — Nas renovações de inventários, por morte de herdeiro após o cálculo de liquidação ou antes da partilha, as custas serão acrescidas de 20%.

NOTA 4 — Por morte do cônjuge, supérstite, antes da partilha, na forma do artigo 1.043 do CPC, as custas serão integrais nos dois inventários.

NOTA 5 — É vedada a cobrança progressiva das custas destes inciso ou item.

IV — Busca em processos, livros de cartório ou papéis arquivados, qualquer que seja o número, relativos ao mesmo imóvel, ação, assunto ou nome:

cada cinco (05) anos Cr\$ 5,00

V — Cobranças de execução fiscal:

Vide inciso ou item XIX e nota 3.

VI — Certidões, extraídas de autos, livros ou documentos:

Primeira folha Cr\$ 12,00

Por folha que exceder Cr\$ 8,00

VII — Conferência de reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, cada Cr\$ 5,00

VIII — Cartas precatórias:

- a) recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação Cr\$ 100,00
- b) recebidas, pelo respectivo cumprimento, desde que haja processamento no Juízo deprecado: mais um quarto (1/4) do inciso ou item XIX, custas taxadas.
- c) recebidas, pelo respectivo cumprimento, para avaliação de bens e ou pagamentos de impostos expedidas em processos de inventários e arrolamentos providas de outros Estados, mais dois quartos (2/4) das custas taxadas do inciso ou item III.
- d) expedidas, inclusive requisitórias e rogatórias: conforme inciso ou item VI desta Tabela, mais diligência e porte de Correio.

IX — Cartas de sentença Cr\$ 50,00

X — Cartas de adjudicação, remição e arrematação: as cotadas aos Tabeliães na Tabela XI, item IV.

XI — Desquite por mútuo consentimento:

- a) não havendo bens a inventariar Cr\$ 200,00
- b) havendo bens a inventariar, pelo homologação da partilha, mais a metade das custas previstas no inciso ou item III desta Tabela, calculada sobre o valor dos bens do casal.

XIII — Diligência: as mesmas dos Juizes de Direito:

XIII — Desentranhamento: por documentos Cr\$ 3,00

XIV — Falências e Concordatas:

- a) processos de falência e concordatas, as mesmas custas taxadas no inciso ou item XIX, calculadas sobre o valor ativo apurado;
- b) declaração de habilitação de crédito: 20 por cento das custas taxadas no inciso ou item XIX;
- c) impugnação de crédito Cr\$ 30,00
- d) extinção de obrigações: custas calculadas na base de 1,4 por cento sobre o valor dos créditos reconhecidos, sendo o mínimo de Cr\$ 50,00 e o máximo de Cr\$ 300,00

XV — Mandados de Segurança:

- a) sem valor determinado ou inestimável Cr\$ 200,00
- b) com valor determinado — 2/4 — das custas taxadas no inciso ou item XIX, sendo o mínimo de Cr\$ 250,00
- c) por assistente ou litisconsorte que ingressar no curso do processo Cr\$ 20,00

XVI — Ofícios em geral, editais e avisos:

Primeira folha Cr\$ 12,00

Por folha que exceder Cr\$ 8,00

Mais diligência e porte de correio, quando houver.

XVII — Processos Administrativos, justificações, protestos, notificações e interpelações Cr\$ 80,00

XVIII — Processos de Procedimento Especial: de jurisdição voluntário;

- a) sem valor declarado Cr\$ 100,00
- b) com valor declarado, quando não comportarem contestação, 2/4 das custas taxadas no inciso ou item XIX, com um mínimo de Cr\$ 100,00
- c) com valor declarado, as custas taxadas no inciso ou item XIX.

XIX — Processos de Conhecimento: de procedimento ordinário e de procedimento sumaríssimo;

Processos de Execução; em geral;

Processos Cautelares: de procedimento específico;

Processos de Procedimento Especial: de jurisdição contenciosa;

- a) Até Cr\$ 250,00 Cr\$ 65,00
- b) de Cr\$ 250,01 a Cr\$ 500,00 Cr\$ 75,00
- c) de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 100,00
- d) de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 2.000,00 Cr\$ 130,00
- e) de Cr\$ 2.000,01 a Cr\$ 3.000,00 Cr\$ 160,00
- f) de Cr\$ 3.000,01 a Cr\$ 4.000,00 Cr\$ 190,00
- g) de Cr\$ 4.000,01 a Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 220,00
- h) de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 7.500,00 Cr\$ 260,00
- i) de Cr\$ 7.550,01 a Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 300,00
- j) de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 15.000,00 Cr\$ 350,00
- k) de Cr\$ 15.000,01 a Cr\$ 20.000,00 Cr\$ 400,00
- l) de Cr\$ 20.000,01 a Cr\$ 25.000,00 Cr\$ 450,00
- m) de Cr\$ 25.000,01 a Cr\$ 30.000,00 Cr\$ 500,00
- n) de Cr\$ 30.000,01 a Cr\$ 40.000,00 Cr\$ 600,00
- o) de Cr\$ 40.000,01 a Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 700,00
- p) de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 70.000,00 Cr\$ 800,00
- q) de Cr\$ 70.000,01 a Cr\$ 100.000,00 Cr\$ 1.000,00
- r) de Cr\$ 100.000,00 em diante, mais 0,4 por cento até o máximo de Cr\$ 2.500,00

NOTA 1 — Não havendo contestação ou embargo do devedor, 3/4 das custas acima.

NOTA 2 — Nas ações de despejo por falta de pagamento de alu-

- guel, havendo purgação à mora, 2/4 das custas acima.
- NOTA 3 — Nas execuções fiscais, havendo pagamento antes de decorrido o prazo para embargos, à penhora 2/4 das custas acima.
- NOTA 4 — Nos processos cautelares, com valor declarado, não havendo contestação, 3/4 das custas acima.
- NOTA 5 — Nos processos de execução, havendo embargos do devedor, serão devidos mais Cr\$ 100,00 pelo processamento dos mesmos.
- NOTA 6 — Nas ações, quando houver chamamento de litisconsorte para integrar à lide, serão devidos mais 10 por cento cada um sobre as custas acima.
- NOTA 7 — Nos processos de acidentes do trabalho, quando houver acordo homologado pelo Juiz, as custas serão cobradas na base de 1,5 por cento sobre o valor da indenização.
- NOTA 8 — É vedada a cobrança progressiva das custas deste inciso ou item.

XX — Recursos e exceções:

- a) em autos apartados Cr\$ 100,00
- b) nos próprios autos Cr\$ 20,00

XXI — Restauração de autos: as mesmas custas que seriam devidas nos processos extraviados, observadas as penalidades aplicáveis a quem deu causa ao fato.

XXII — Pela autuação de processo em geral Cr\$ 5,00

XXIII — Audiências:

- a) em geral Cr\$ 50,00
- b) depoimentos de Autor ou Réu: cada Cr\$ 10,00
- c) inquirição de testemunha: cada Cr\$ 10,00

XXIV — Publicações em Diário Oficial ou da Justiça:

- a) despachos e sentenças homologatórias: cada .. Cr\$ 5,00
- b) sentenças definitivas Cr\$ 10,00

NOTA 1 — As custas da publicação somente serão contadas, quando houver determinação judicial ou legal.

XXV — Registro de Sentença:

- a) sentença homologatória Cr\$ 5,00
- b) sentença definitiva Cr\$ 10,00

XXVI — Mandados: que não sejam de citação inicial:

- cada Cr\$ 20,00

XXVII — Termos ou Autos: em geral, cada Cr\$ 20,00

Exceto os de Inventários e Arrolamentos.

XXVIII — Atos:

- a) Expedição de guias de qualquer natureza ... Cr\$ 10,00
- b) Cartas de citação, intimação e notificação ... Cr\$ 20,00

TABELA X
ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME

I — Questões prejudiciais;

- Exceções;
conflito de jurisdição;
medidas assecuratórias;
incidentes de falsidade;
perícias em geral;
reconhecimento de pessoas e de coisas buscas e apreensão;
— interdição de direitos e medidas de segurança Cr\$ 70,00
— fiança Cr\$ 30,00

II — Restauração de autos extraviados ou destruídos Cr\$ 100,00

III — Processos em espécie:

- a) que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Caps. II e III, do Código de Processo Penal Cr\$ 150,00
- b) que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Cap. II, do mesmo Código:
1. — até a pronúncia , inclusive Cr\$ 150,00
2. — da pronúncia até o julgamento Cr\$ 150,00
- c) que obedeçam ao rito do Livro, II, Título II, Cap. V, do

referido Código Cr\$ 100,00

IV — Recursos:

- a) embargos de terceiros em seqüestro Cr\$ 100,00
- b) em sentido estrito, apelação e protestos por novo Júri ...
..... Cr\$ 50,00

V — Incidentes de execução:

- a) livramento condicional, inclusive revogação e reabilitação Cr\$ 50,00

VI — Carta de Guia Cr\$ 10,00

VII — Certidão, busca, conferência, edital, ofício, precatória, desentranhamento, as mesmas cotadas para os Escrivães do Cível.

TABELA XI
ATOS DOS TABELIÕES

I — Reconhecimento de firma:

- a) uma (1) Cr\$ 2,00
- b) as que excederem, cada uma devendo constar no carimbo especificamente os nomes das firmas que se reconhece Cr\$ 1,00
- c) nos papéis destinados à matrícula escolar, respeitadas as inscrições legais, cada firma Cr\$ 0,50

II — autenticação de papéis, documentos e fotocópias: por ato Cr\$ 2,00

III — Procurações:

- a) Ad-juditia Cr\$ 15,00
- b) outras Cr\$ 20,00
- c) por outorgantes que acrescer Cr\$ 3,00
- d) "Em Causa Própria", metade das custas da Tabela. - item IV.

IV — Escrituras: 1

- 1) até Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 90,00
- 2) até Cr\$ 2.000,00 Cr\$ 120,00
- 3) até Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 210,00
- 4) até Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 255,00
- 5) até Cr\$ 15.000,00 Cr\$ 285,00
- 6) até Cr\$ 20.000,00 Cr\$ 320,00
- 7) até Cr\$ 25.000,00 Cr\$ 355,00
- 8) até Cr\$ 30.000,00 Cr\$ 400,00
- 9) até Cr\$ 35.000,00 Cr\$ 450,00
- 10) até Cr\$ 40.000,00 Cr\$ 500,00
- 11) até Cr\$ 45.000,00 Cr\$ 550,00
- 12) até Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 600,00
- 13) acima de 50.000,00 mais 0,1 por cento até o máximo de Cr\$ 2.500,00

NOTA 1 — É vedado a cobrança progressiva dos custos desta Tabela.

- 2) Sem valor declarado Cr\$ 100,00
- 3) Testamentos:
- a) aprovação de testamento cerrado, inclusive a nota do Art. 1643 do Código Civil Cr\$ 100,00
- b) público Cr\$ 300,00
- 4) Constituição de Condomínio e Divisão ou Partilha amigável Cr\$ 180,00
- Por unidade ou quinhão, mais Cr\$ 30,00

V — Certidões:

- a) de procuração Cr\$ 10,00
- b) de escritura Cr\$ 30,00

NOTA 1 — As escrituras de contrato de financiamento dentro do Plano Nacional de Habilitação, e metade das custas fixadas.

NOTA 2 — Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras, de alvarás, talões de ciza, certidões e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias para recolhimento de tributos relativos às escrituras.

NOTA 3 — É vedada a cobrança de emolumentos devida por atos praticados em outros ofícios.

NOTA 4 — Se houver diferença entre o valor da escritura e o valor atribuído ao imóvel para o efeito de pagamento de imposto de transmissão de propriedade, as custas incidirão sobre o valor dado à escritura.

VI — Pública Forma:

Primeira Folha Cr\$ 12,00
Por folha que exceder Cr\$ 8,00

VII — Buscas: as mesmas dos Escrivães.

TABELA XII
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

I — Averbações:

a) de sentenças de nulidade ou anulação de casamento e desquite, de ato de restabelecimento da sociedade conjugal de escritura de ação, ou atos que a dissolvam Cr\$ 30,00

b) de alteração de nome e retificação de assento Cr\$ 30,00

II — Certidões de nascimento, casamento ou óbitos:

a) em breve relatório Cr\$ 25,00

b) Verbum ad verbo, por folha Cr\$ 30,00

c) havendo necessidade de busca, até 10 anos as mesmas custas dos escrivães.

III — Habilitação para casamento Cr\$ 200,00

a) justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimimento de idade e de consentimento Cr\$ 60,00

b) diligência para casamento fora de cartório, excluído a despesa com a condição, que será dada pelo interessado; — As mesmas custas do Juiz de Direito.

IV — Registro de Nascimento ou de Óbito:

a) independente de despacho judicial Cr\$ 30,00

b) mediante despacho judicial Cr\$ 100,00

V — Retificação de assento, à margem, mediante justificação, como ou sem prova Cr\$ 100,00

VI — Registros: de emancipação, ausência, interdição Cr\$ 100,00

VII — Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação Cr\$ 100,00

TABELA XIII
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

I — Arquivamento: de qualquer natureza Cr\$ 10,00

II — AVERBAÇÕES, incluídos prenotação, indicações, referências, arquivamento e buscas:

a) mudança de numeração, de construção, de reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento, de alterações de nome em virtude de casamento ou desquite e de retificação de averbação ou de registro ou de matrícula, desde que tal retificação não importe em alteração do valor contratual Cr\$ 30,00

b) de liberação de parte ou quitação da garantia hipotecária Cr\$ 100,00

c) demais averbações: metade das custas determinadas na letra 'e' do item V desta Tabela

III — Buscas nos livros e papéis:

a) as mesmas dos escrivães.

IV — CERTIDÕES:

a) de registro, de ônus real ou de inteiro teor: As mesmas dos escrivães.

b) de negativa de propriedade, incluída a busca Cr\$ 20,00

NOTA 1 — Nas certidões negativas de propriedade cobrar-se-á mais Cr\$ 3,00 por pessoa que exceder a uma.

NOTA 2 — Entende-se por pessoa o casal interessado.

NOTA 3 — Se a certidão mencionada na alínea "a" deste item se referir a mais de um registro, serão cobrados mais Cr\$ 2,00 por registro que exceder.

V — REGISTRO, incluídos prenotação, indicações, referências,

arquivamento e buscas:

a) **DE CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL** (Decreto Lei Federal número 167, de 14.01.1967);

1) até Cr\$ 200,00 0,1%

2) de Cr\$ 200,01 até Cr\$ 500,00 0,2%

3) de Cr\$ 500,01 até Cr\$ 1.000,00 0,3%

4) de Cr\$ 1.000,01 até Cr\$ 1.500,00 0,4%

5) Acima de Cr\$ 1.500,00 0,5%

NOTA — As custas da presente alínea não excederão a Cr\$ 180,00

b) de Constituição ou de incorporação de condomínio:

1) até seis unidades Cr\$ 60,00

2) por unidade que exceder a seis será cobrado Cr\$ 10,00 até o limite de Cr\$ 200,00

c) de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidades Cr\$ 100,00

d) de loteamento de terreno na forma do decreto lei número 58, de 10.12.1937;

1) até 50 unidades Cr\$ 200,00

2) por unidade que exceder a 50 lotes, será cobrado mais Cr\$ 1,00 até o limite de Cr\$ 500,00

e) de título, incluídos a prenotação, indicações, referências, arquivamentos e buscas:

1) até Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 90,00

2) até Cr\$ 2.000,00 Cr\$ 120,00

3) até Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 210,00

4) até Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 255,00

5) até Cr\$ 15.000,00 Cr\$ 285,00

6) até Cr\$ 20.000,00 Cr\$ 320,00

7) até Cr\$ 25.000,00 Cr\$ 355,00

8) até Cr\$ 30.000,00 Cr\$ 400,00

9) até Cr\$ 35.000,00 Cr\$ 450,00

10) até Cr\$ 40.000,00 Cr\$ 500,00

11) até Cr\$ 45.000,00 Cr\$ 550,00

12) até Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 600,00

13) acima de Cr\$ 50.000,00 mais 0,1 por cento até o máximo de Cr\$ 2.500,00

14) sem valor declarado Cr\$ 100,00

NOTA 1 — É vedada a cobrança progressiva das custas desta tabela.

VI — Prenotação no protocolo Cr\$ 20,00

VII — Processo de rescisão de promessa de compra e venda de terreno loteado na forma do Dec. Lei número 58, de 10.12.1937.

a) por lote Cr\$ 30,00

b) notificação por edital Cr\$ 20,00

NOTA 1 — Pela matrícula formalizada a requerimento do interessado, sem objetivar o lançamento na mesma de registro ou averbação, cobrar-se-ão Cr\$ 80,00 com certidão.

NOTA 2 — As custas de registro ou averbações serão calculadas com base nos valores da avaliação dada ao imóvel na incidência do imposto de transmissão de propriedade inter vivos ou causa-mortis, se o valor declarado no título for inferior a este.

NOTA 3 — Serão reduzidas em 50 por cento as custas devidas pelo registro ou averbação de atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária, se dos títulos respectivos constar tal circunstância e houver financiamento pelo Banco Nacional de Habitação ou por seus agentes financeiros.

NOTA 4 — Tratando-se de um só adquirente ou devedor e o título versar sobre diversas unidades de um loteamento ou edifício condominial, as custas de registro, serão cobradas: a primeira unidade, por inteiro, as demais como um único, pela metade, de acordo com a letra "e" item V, desta tabela.

NOTA 5 — Nos casos em que num título estiverem incluídos apartamentos em edifícios condominial e garagem consi-

derada autônoma, cobrar-se-ão Cr\$ 100,00 pelo registro da unidade garagem.

NOTA 6 — A matrícula registro e averbação relativas a aquisição de casa própria em que for parte a Cooperativa Habitacional, serão consideradas, para efeito de cálculo de custas, um ato apenas não podendo exceder sua cobrança o limite de Cr\$ 300,00

NOTA 7 — As custas devidas pelos atos de aquisição de imóveis pelas Cooperativas Habitacionais (COHABS) e os de averbação de construção ficam sujeitos às limitações seguintes:

- a) imóvel até 60,00 m² de área construída Cr\$ 70,00
- b) de mais de 60,00 m² e até 70,00 m² de área construída Cr\$ 100,00
- c) de mais de 70,00 m² e até 80,00 m² de área construída Cr\$ 140,00

NOTA 8 — Nos registros de formais ou certidões de partilha, as custas serão calculadas sobre o valor total dos bens sujeitos a registro no respectivo Cartório.

TABELA XIV ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

- I — Arquivamento Cr\$ 12,00
- II — Averbação (incluída prenotação, indicação e arquivamento):
Metade das custas determinadas no item IX desta Tabela.
- III — Buscas: os mesmos emolumentos taxados neste Regimento para os Escrivães.
- IV — Certidão:
 - a) negativa de registro Cr\$ 12,00
 - b) em geral: as mesmas dos escrivães.
- V — Inscrição de estatutos (incluídos arquivamento, prenotação, autuação e indicação):
 - a) para pessoas jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos Cr\$ 60,00
 - b) com capital social (fins econômicos):
 - 1) até Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 40,00
 - 2) até Cr\$ 2.000,00 Cr\$ 50,00
 - 3) até Cr\$ 3.000,00 Cr\$ 60,00
 - 4) até Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 80,00
 - 5) até Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 100,00
 - 6) até Cr\$ 20.000,00 Cr\$ 120,00
 - 7) de Cr\$ 20.000,01 em diante mais 0,1 por cento até o máximo de Cr\$ 300,00
- NOTA** — É vedada a cobrança progressiva das custas desta Tabela.
- VI — Matrículas de jornais e oficinas (incluídos arquivamento, prenotação, autuação e indicações) Cr\$ 100,00
- VII — Notificação (incluída a certidão à margem do registro e no documento) Cr\$ 30,00
- VIII — Diligências:
as mesmas dos Juízes.
- IX — Registro (incluídos arquivamento, prenotação e indicação)
 - a) de títulos e documentos sem valor declarado Cr\$ 30,00
 - b) de títulos e documentos com valor determinado:
 - 1) até Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 15,00
 - 2) até Cr\$ 2.000,00 Cr\$ 25,00
 - 3) até Cr\$ 3.000,00 Cr\$ 40,00
 - 4) até Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 60,00
 - 5) até Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 75,00
 - 6) até Cr\$ 20.000,00 Cr\$ 90,00
 - 7) de Cr\$ 20.000,01 em diante mais 0,1 por cento até o máximo de Cr\$ 250,00

NOTA 1 — É vedada a cobrança progressiva das custas desta Tabela.

TABELA XV ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTO DE TÍTULOS

- I — Anotação, intimação e protesto — além das despesas relativas às tarifas postais, editais e fotocópias:
 - a) até Cr\$ 100,00 Cr\$ 5,00
 - b) de Cr\$ 100,01 a Cr\$ 200,00 Cr\$ 7,00
 - c) de Cr\$ 201,01 a Cr\$ 300,00 Cr\$ 9,00
 - d) de Cr\$ 301,01 a Cr\$ 400,00 Cr\$ 11,00
 - e) de Cr\$ 401,01 a Cr\$ 500,00 Cr\$ 13,00
 - f) de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 600,00 Cr\$ 15,00
 - g) de Cr\$ 600,01 a Cr\$ 700,00 Cr\$ 18,00
 - h) de Cr\$ 700,01 a Cr\$ 800,00 Cr\$ 21,00
 - i) de Cr\$ 800,01 a Cr\$ 900,00 Cr\$ 24,00
 - j) de Cr\$ 900,01 a Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 30,00
 - k) de Cr\$ 1.000,01 em diante, mais Cr\$ 25,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração, até o máximo de Cr\$ 1.000,00
- II — Anulação ou cancelamento:
Metade (1/2) das custas do número I
- III — Averbação:
Um terço (1/3) das custas do número I
- IV — Certidões:
 - a) negativa Cr\$ 15,00
 - b) Inteiro teor Cr\$ 30,00
 - c) Relatório breve, por ato Cr\$ 10,00
- V — Buscas:
As mesmas dos escrivães.
- VI — Edital:
Além do cobrado pelo jornal, por título Cr\$ 5,00

TABELA XVI ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES, DISTRIBUIDORES E DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

- DOS CONTADORES:**
 - I — Cálculo e liquidação para pagamento de impostos nos inventários e arrolamentos, nas arrematações, adjudicações ou remissões, de redução de papéis de crédito ou títulos da dívida pública, em moeda corrente e vice-versa, redução de valores em moeda estrangeira para moeda nacional ou vice-versa:
 - a) de bens até Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 10,00
 - b) além desse limite, mais 0,60 por Cr\$ 1.000,00 ou fração, inclusive intimação e certidão até o máximo de Cr\$ 60,00
 - II —
 - a) conta de qualquer natureza, inclusive intimação e certidão Cr\$ 15,00
 - b) contas de juros, multas, correção monetária e prêmios, cada ano Cr\$ 3,00
- Havendo mais de um documento ou título
Cr\$ 2,00 cada, até o máximo de Cr\$ 50,00

DOS PARTIDORES:

- I — Pelo esboço de partilha, 10 por cento das custas previstas pela Tabela IX, número III.
 - II — Rateio, pelo que houver, as mesmas custas do número I.
- OBSERVAÇÃO** (As custas são contadas sobre o valor do monte-mor).

DOS DISTRIBUIDORES:

- I — Certidão e busca; os mesmos emolumentos taxados para os escrivães.
- II — Distribuição em geral, registros ou baixa Cr\$ 12,00

DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS:

- I — De valores, títulos de dívida, ações, letras hipotecárias,

debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas sobre o valor nominal importância afinal, apurada, cotação oficial ou avaliação. Até o máximo de Cr\$ 600,003%

II - De imóveis urbanos, ou rurais, sobre o s/valor até o máximo de Cr\$ 600,003%

III - De móveis, artigos de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis até o máximo de Cr\$ 1.500,006%

IV - Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados, além dos emolumentos desta Tabela, mais15%

V - Pela administração de imóveis rurais ou urbanos depositados, o triplo do item II.

VI - Nas execuções fiscais quando houver depósito os emolumentos serão calculados sobre o valor da dívida fiscal.

VII - Pela guarda de bens:

a) veículos, por mês:

PequenosCr\$ 250,00

MédiosCr\$ 300,00

GrandesCr\$ 350,00

Caminhões pequenosCr\$ 500,00

Caminhões GrandesCr\$ 600,00

b) demais bens:

Cr\$ 35,00 por m³, por mês ou fração.

NOTA — 1 — As despesas com seguros ratêadas proporcionalmente aos bens guardados no depósito e, mais as previstas no número VII e suas letras "a" e "b" serão cobradas mensalmente, observado o disposto no artigo 19 do Código de Processo Civil.

NOTA — 2 — As custas acima, não incluem outras despesas necessárias, justificadas e comprovadas com a guarda e administração dos bens depositados que serão pagas depois de aprovadas pelo Juiz.

TABELA XVII ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS

I - Avaliações de ações de companhias, debêntures e títulos semelhantes, e alugueis ou rendas:

Por Cr\$ 15,00 ou fração. Cr\$ 0,50

Emolumento máximo.Cr\$ 60,00

II - Avaliação de imóveis e outros bens:

a) - até Cr\$ 400,00 Cr\$ 100,00

b) - até Cr\$ 500,00 Cr\$ 25,00

c) - até Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 50,00

d) - até Cr\$ 2.000,00 Cr\$ 75,00

e) - até Cr\$ 4.000,00 Cr\$ 100,00

f) - até Cr\$ 6.000,00 Cr\$ 125,00

g) - de Cr\$ 6.000,01, em diante, 0,4 por cento, até o máximo de Cr\$ 1.200,00

NOTA — é vedada a cobrança progressiva das custas desta tabela.

III - As custas constantes desta Tabela, calculam-se sobre o valor global dos bens especificados em cada mandado de avaliação, não obstante o respectivo laudo ser discriminatório.

IV - Concluída a avaliação, o avaliador poderá exigir o prévio

pagamento das custas, na conformidade do artigo 19 e seus parágrafos do Código Processo Civil desde que presente o laudo no prazo legal que é de 10 (dez) dias. Nesse caso, passará o recibo à margem da respectiva cota

TABELA XVIII ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

I - Auto de qualquer natureza, inclusive os atos complementaresCr\$ 50,00

II - Citações, intimações ou notificações, por pessoa, inclusive certidão.Cr\$ 30,00

III - Contra-fé, por pessoaCr\$ 15,00

IV - Pelos atos que praticarem nas sessões do Juri, inclusive certidões para ordenação de processo, de cada dia de sessãoCr\$ 30,00

NOTA — Além das custas e condução, acima especificados, somente poderão ser incluídas outras despesas necessárias e justificadas após a aprovação do Juiz.

Se houver pagamento antecipado das custas, na forma do Art. 19 e seus parágrafos do Código de Processo Civil, o Oficial de Justiça, lançará a "cota" para os efeitos do Art. 20 do mesmo Código, com a observação de que as custas já foram pagas, e por quem.

TABELA XIX ATOS DOS PORTEIROS DOS AUDITÓRIOS

I - Certidão: os mesmos emolumentos dos escrivães.

II - Pregão:

a) efetuado em audiência Cr\$ 5,00

b) efetuado fora da audiência.Cr\$ 10,00

III - Percentagem nas arrematações, adjudicações, ou nas remissões ou resgates requeridos antes da praça ou depois desta: sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2 por cento até o máximo de ... Cr\$ 300,00

TABELA XX ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES

I - Arbitramento:

a) de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multaCr\$ 10,00

b) de responsabilidade para especialização da hipoteca legalCr\$ 10,00

II - Corpo de delito:

a) quando depender de exame médico ou cirúrgico Cr\$ 100,00

b) quando não depender desses examesCr\$ 50,00

III - Exames:

a) de sanidade.Cr\$ 100,00

b) de sanidade mental, arbítrio do Juiz, que terá em vista a observação mais ou menos longa; de Cr\$ 100,00 até ... Cr\$ 1.000,00

c) cadavérico, físico ou químico se o exame preceder à execução.Cr\$ 250,00

d) radioscópio, a arbítrio do Juiz, de Cr\$ 100,00 até ... Cr\$ 1.000,00

e) radiográfico, a arbítrio do Juiz, de Cr\$ 30,00 à Cr\$ 500,00

f) de escrituração mercantil, a arbítrio do Juiz de Cr\$ 50,00 à Cr\$ 500,00

g) de documentos, livros ou firmas para verificação de falsidade ou e qualquer outro fato a arbítrio do Juiz de

Cr\$ 50,00 à Cr\$ 750,00
h) não especificado neste número. Cr\$ 100,00

TABELA XXI DO INQUÉRITO POLICIAL ATOS DAS AUTORIDADES POLICIAIS

I - Ao delegado de Polícia e sub-delegados, pela sua intervenção em todos os atos do inquérito, metade das custas taxadas para os promotores públicos (número 2 da Tabela VII).

II - Aos escrivães policiais, a metade das custas atribuídas aos escrivães do Crime, pela natureza do processo, na conformidade da Tabela X, número III.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna apenas para registrar, nesta Casa, a satisfação de Maringá, pelo evento que, hoje, acontecerá na Câmara Municipal de Curitiba, quando o Prefeito Sílvio Magalhães Barros vai receber o título de “Cidadão Honorário de Curitiba”.

Evidentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia haver honraria tão nobre e digna para reverenciar a nossa querida e exuberante cidade de Maringá.

A homenagem pertence à nossa gente, porque o Sr. Sílvio Barros será agraciado com esse título, exatamente pela extraordinária administração que já está no seu epítelo, cumprido na Chefia do Executivo de nossa terra.

É preciso que conste nos Anais desta Casa que o Prefeito Sílvio Magalhães Barros, companheiro expressivo, correligionário eminente, quando fez a sua campanha eleitoral, disputando a Prefeitura de Maringá, propôs um Plano de Governo, escrito, ilustrado e muito bem elaborado, planejado e projetado.

Passados quase quatro anos, pode-se verificar que o Prefeito de Maringá, Sílvio Barros executou, integralmente, sem deixar de executar nem uma das metas propostas em seu plano de governo.

Ele, efetivamente, realizou e cumpriu aquilo que propôs em sua campanha eleitoral.

É por isso que o Prefeito de Maringá recebe esse título proposto pelo Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, da bancada do MDB da Câmara Municipal de Curitiba, pelos inestimáveis e relevantes trabalhos municipais, realizados em prol do bem estar da coletividade paranaense:

Aqui fica o regozijo deste Deputado, a alegria da comunidade maringense, os aplausos desta Casa e, principalmente da bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Concluindo, Sr. Presidente, por solicitação do Prefeito de Maringá, reformulamos o convite para que, a partir das 20 horas, nossos companheiros se façam presentes na Câmara Municipal de Curitiba, para, com suas honrosas presenças, prestigiarem o Prefeito Sílvio Magalhães Barros, de Maringá, que receberá o Título que pertence à grande comunidade paranaense.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa consulta à liderança do MDB se usará do tempo que lhe é reservado. Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LENDU): “A bancada do MDB nesta Casa esteve reunida para analisar as eleições municipais deste ano e, preliminarmente,

te, chegou à conclusão, com base em provas e evidências, de que jamais houvera em nosso Estado eleição em que tenha sido tão abusivo o uso do poder, do dinheiro e da corrupção.

A ordem para ganhar as eleições a qualquer preço, que parece ter emanado de Ministérios e do Governo Estadual, foi cumprida à risca

Órgãos do Governo, e todo o Governo, foram acintosamente utilizados para influir no resultado das eleições.

Não bastasse isso, a oposição teve de enfrentar os efeitos terríveis da famigerada “Lei Falcão”, nome apropriado para sua estreiteza e prepotência.

É que, numa disputa eleitoral, a grande vantagem do MDB é a sua mensagem, o seu programa, a causa que ele defende.

Impedindo de utilizar os meios de comunicação para dirigir-se ao povo, o MDB ficaria diante da Arena como o cordeiro diante do lobo; a justiça e a bondade sucumbem diante do uso da força, aí representada pelo poder político e pelo poder econômico.

Ainda não sabemos, mas pretendemos saber, o quanto de dinheiro público foi utilizado nessa campanha.

Pretendemos saber quais os bens e os serviços oficiais que foram utilizados em favor de um partido.

Eis porque deliberou a bancada do MDB de propor a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito para todo e qualquer órgão de que se tenha notícia tenha sido utilizado para influir e corromper nas últimas eleições municipais.

Eis porque estamos instruindo os nossos companheiros do interior a requerer a instauração do competente inquérito policial para apurar as responsabilidades dos que infringiram a legislação eleitoral e cometeram delitos penais.

Eis porque, também a bancada do MDB nesta Assembléia deliberou propor ao Diretório Nacional que adote a decisão de não permitir a participação de qualquer candidato em qualquer eleição em que vigore a famigerada Lei Falcão.

Quanto ao MDB, entendemos que ele experimentou nessas eleições um considerável crescimento.

O nosso Partido não havia, em nenhuma época, participado de eleições municipais em mais de 200 municípios paranaenses.

Fê-lo pela primeira vez.

E onde participou, tem agora pelo menos um vereador para desfaldar sua bandeira e fiscalizar a administração.

Crescemos em número de Prefeitos; crescemos em número de Vereadores.

Mas o importante para o MDB é o seu programa.

É a defesa da sua causa, que é a causa da democracia.

Importante para o MDB é que hajam eleições livres, em que ele tenha oportunidade de divulgar sua mensagem.

Os cargos que o Partido disputa servem apenas como instrumento para defesa e aplicação do seu programa.

A nossa luta continua.

E porque continua é que a bancada do MDB desta Casa deliberou solicitar ao Diretório Regional que promova uma reunião dos seus membros com os presidentes dos diretórios municipais e com os Prefeitos e Vereadores recém-eleitos, bem como deliberou propor ao Diretório Nacional a convocação de uma convenção extraordinária para repensar o momento político brasileiro.

Antes de concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo registrar a tristeza e a infelicidade do Paraná pelo Governo que ele tem.

O Paraná não tem um Governo para os paranaenses, para todos os paranaenses.

O Paraná tem um Governador para parte dos paranaenses. Governador precisa ter grandeza humana e política. Governador precisa ter formação democrática.

Ainda agora, lendo a edição da revista “Veja” desta semana, encontramos uma entrevista do Exmo. Sr. Governador

Jayme Canet Júnior, na qual ele se mostra arrogante, ambicioso, vaidoso e faccioso.

Ao mesmo tempo em que expende considerações desairosas para com o Poder Judiciário, o Sr. Governador respondendo a pergunta sobre "que tratamento será dispensado aos Prefeitos eleitos pelo MDB no último dia 15", afirma textualmente:

"O mesmo dado aos eleitos quatro anos atrás. A maioria eu nem conheço pessoalmente nesses dois anos e meio de meu Governo e, quando vou às suas cidades, não visito as Prefeituras".

Que Governador é esse?

É Governador apenas dos municípios dirigidos por Prefeitos arenistas?

E os municípios dirigidos por Prefeitos emedebistas também não são municípios paranaenses?

O cafezinho que o Governador toma no Palácio, é pago com recursos oriundos dos municípios dirigidos pela Arena e MDB.

Os vencimentos do Sr. Governador são pagos com tributos pagos por arenistas e emedebistas.

A gasolina do avião e do helicóptero utilizados pelo Sr. Governador, não é pago por dinheiro carimbado com carimbo da Arena, mas por dinheiro de todos os paranaenses.

Ou pretenderá o Sr. Governador dividir o Paraná?

Ou entenderá o Sr. Governador como sendo o Governo propriedade sua?

De quem espera merecer respeito quem assim fala e quem assim age?

Nessa entrevista o Sr. Governador repetiu o que disse por todo o Paraná, em viagens feitas às custas de todos os paranaenses.

Aí está; pelo dedo se conhece o gigante. Ou o anão. Lamento pelo Paraná.

Lamento pelos paranaenses.

Mas, satisfazemo-nos com o ensinamento bíblico "OS HOMENS PASSARÃO"....

Mas, enquanto este não passar, ele continuará merecendo a nossa mais decidida oposição.

Já não há qualquer possibilidade de entendimento, nem em termos administrativos, com esse Governo, para os trabalhos desta Casa.

É que a bancada do MDB, exige, para qualquer diálogo, o respeito aos mais elementares princípios éticos e morais.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) A Mesa consulta a Liderança da ARENA se usará o horário reservado ao Partido. (PAUSA). Declina.

Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente.

Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente.

Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando desistência da licença que lhe foi concedida pelo prazo de trinta dias, licença essa, aprovada em sessão plenária do dia 05 p.passado.

A Mesa está ciente e comunica à Assembléia que o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira reassume, neste instante, a sua cadeira.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 237/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 354/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IRATI, objetivando reparos nos prédios onde funcionam DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES e a 2.^a COMPANHIA POLICIAL DO 1.^o BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR, daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 238/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 367/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IBIPORÃ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL OLAVO BILAC, daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 240/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 376/76, Mensagem 111/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Janiópolis, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 241/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 377/76, Mensagem 112/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de RESERVA, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 242/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 379/76, Mensagem 114/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o município de SALTO DO LONTRA, objetivando construção de prédio conforme especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 243/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 281/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e a unidade Sanitária local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 244/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 285/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PIRAQUARA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam

o GRUPO ESCOLAR MANOEL EUFRÁSIO e a UNIDADE SANITÁRIA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 245/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 290/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de REBOUÇAS, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, localizados naquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 246/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 296/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SERTANÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 247/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 297/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funciona o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR F. GUIMARÃES e o POSTO DE PUERICULTURA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 248/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 303/76, Mensagem 77/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de TERRA RICA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 249/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 307/76, Mensagem 81/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Paranacity, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 250/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 309/76, Mensagem 83/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PARANAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 251/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 330/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TERRA ROXA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE KENNEDY, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 252/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 338/76,

Mensagem 95/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PARANAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 253/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 350/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PLANALTO, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL JOÃO ZACCO, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 254/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 352/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR TIRADENTES, na sede do referido município.— Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 255/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 359/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de GUARANIAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 256/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 361/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam GRUPOS ESCOLARES, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 257/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 362/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IMBITUVA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 258/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 368/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA AMÉLIA, objetivando obras de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL CARLIÍRIO GOMES DOS SANTOS, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 259/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 370/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de

Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA MARIANA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PEDRO MOREIRA DA SILVA. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 260/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 384/76, Mensagem 117/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de CASCAVEL, objetivando implantação de serviços de segurança contra incêndio e prestação de socorros públicos no referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, para encaminhar a votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 13 de agosto, na Foz do Iguaçu, os Chefes do Executivo Estadual, e Municipal de Cascavel firmaram um acordo relativamente à implantação do Sistema de Prevenção aos Incêndios em Cascavel.

Este acordo foi antecipado de legislação específica municipal, para viabilizar condições para prevenir este acordo, o que resultou de pesada sobrecarga já nos encargos absurdos que a população de Cascavel vem tendo.

Há uma grita geral porque estes tipos de acordos, conquanto no seu mérito visem prevenir danos de ordem de incêndios, evidentemente que cria, para o munícipe, um encargo que chega quase à impossibilidade de pagamento.

As reclamações que se tem feito em torno da sobrecarga fiscal e tributária dos munícipes são muito sérias, aliás já foram feitas diversas denúncias a respeito do comportamento da sistematização do programa de arrecadação de todos os munícipes, inclusive relativamente às legislações tributárias deste País; os munícipes que só participam de 12 por cento de tudo que se arrecada nas comunas, ainda têm a sobrecarga de participar nos programas de saneamento, nos programas de escolaridade, nos programas de edificação de Forum, de Cadeias Públicas, de escolas, de Departamentos de toda a espécie da administração direta do Governo do Estado.

E mais este sistema está sendo implantado em quase todas as micro-regiões do Estado do Paraná, afora esse, que no meu entender sobrecarrega de uma forma aviltante até, a economia popular, por causa do peso que sobrecarrega juntamente com o imposto predial e territorial urbano.

Vou votar evidentemente favorável, porque o que quero deixar desta tribuna aqui, é o meu desapontamento, é o meu desalento, pela forma em que se trata do problema da economia do município.

É subtraída a autonomia do município, por acordos draconianos como este, porque o Estado só empresta o elemento técnico, o elemento humano e o nome da corporação para que o município participe com todos os encargos materiais: Fornecimento de veículos, acessórios, áreas, instalações prediais, todas as condições de alojamento de pessoal, despesas de aquisições, manutenção e renovação dos materiais e todos os meios, diga-se de passagem, para a execução deste acordo.

E ainda mais. No inciso ou no item número oito, da cláusula segunda deste acordo, sobrecarrega o município que tem que instituir uma gratificação aos elementos da Corporação Militar destacada no município, para a prestação deste tipo de

serviço de previsão contra incêndios.

É lamentável que cada dia mais se refoge dos aspectos de uma Constituição Democrática, a autonomia tanto dos Estados como dos municípios, que cada vez se distancia mais da autonomia administrativa e subtrai da economia popular toda a forma de liberdade que o munícipe possa ter para resguardar a sua própria economia.

E é neste sentido que venho a esta tribuna, estranhar mais uma vez, que toda esta empreitada que deveria caber necessariamente ao Estado, que participa da arrecadação que se faz nos municípios, basicamente com 32 por cento, haveria de ter uma participação consciente e maior, para que o município pudesse sair do seu marasmo no desenvolvimento.

Ainda recentemente, se votava a segunda discussão do Orçamento, em que se dizia do planejamento, ou melhor, da designação de verbas para combate à erosão, mas sem dizer, na especificação, a que município se refere, sem definir um critério de prioridades.

E é preciso que haja uma respeitabilidade pela execução das coisas de forma mais objetiva nos orçamentos e na afirmação e nos acordos firmados com os municípios.

A exemplo disso nós estamos vendo em Cascavel, que no ano passado, quando se discutia aqui a designação de verbas da ordem de cinco bilhões e duzentos milhões de cruzeiros para implantação de sistema energético no Estado e para a implantação do sistema de saneamento no Estado, ficou definido aqui nesta Assembléia, pelo menos verbalmente, que seria implantado esgoto no município de Cascavel.

E já desde que a SANEPAR avocou para si a obrigação de implantar o sistema de esgoto em Cascavel, que é uma das maiores cidades, um dos polos geo-econômicos do Estado do Paraná e até hoje não se fez presente o Governo do Estado, através de sua Companhia de Administração Indireta, a SANEPAR.

O sistema telefônico que se evadiu da economia paranaense e foi se integrar ao Sistema Nacional de Telecomunicações.

A Rede Ferroviária Federal que saiu do Paraná e se integra, agora, ao Sistema Nacional de Transportes.

E aí está; no Orçamento, uma outra anomalia que só recolhe recursos o do Estado e dos Municípios para implantação de uma metodologia desraizada do sistema democrático, da autonomia dos municípios.

É para mais uma vez deixar meu protesto aqui, desta tribuna, para se absolver os municípios dos encargos que perdeu.

E venho aqui, deixar registrado este meu protesto.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Em votação o Projeto de Resolução 260/76.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 261/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 197/76, Mensagem 57/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de ALTÔNIA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 262/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 342/76, Mensagem 99/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 263/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 346/76, Mensagem 103/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de RONDON, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 264/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 349/76, Mensagem 106/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e do Estado de Sergipe, objetivando o intercâmbio e a cooperação técnica entre seus sistemas de planejamento, orçamento e modernização administrativa. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 265/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 358/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de QUINTA DO SUL, objetivando obras de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR DE QUINTA DO SOL e o GINÁSIO ESTADUAL SÃO JUDAS TADEU, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 266/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 365/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Padre José de Anchieta, da sede daquele município.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 267/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 381/76, Mensagem 114/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com o município de TAMBOARA, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública, do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 268/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 386/76, Mensagem 120/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, objetivando o levantamento e tabulação de informações estatísticas sócio-econômicas do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 269/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 390/76, Mensagem 123/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de ARAUCÁRIA objetivando execução do Art. 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 270/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 393/76, Mensagem 125/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de SANTO ANTÔNIO DO

CAIUÁ, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de trânsito. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 271/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 396/76, Mensagem 127/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de AMAPORÃ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 272/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 397/76, Mensagem 128/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sra. ANNA CHAMA GEORGE.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando dispensa de pauta à diversos Projetos de Resolução e de Lei.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações ao Dr. Reginaldo Fanckin, pela brilhante conquista do prêmio "HUGO SIMAS", em concurso de trabalhos jurídicos promovido pela OAB, sob o título "ESTUDO CRÍTICO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO PARANÁ".— APROVADO.

A Mesa se associa ao requerimento do Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, objetivando a instalação de curso ginasial no Grupo Escolar "Presidente Vargas" localizado na sede do distrito de Floriano, município de Maringá.— APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, solicitei a palavra para consultar da Mesa, a posição atual neste instante, do Projeto de Lei 112/76, da Lei Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que enviou no dia de ontem à Comissão de Orçamento, o Projeto da Mensagem da Lei Orçamentária.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, tenho para mim que ainda não está afastada a possibilidade de se dar curso a uma manobra que permita, por decurso-prazo, o Orçamento não ser aprovado nesta Casa.

Entretanto não quero pré-avaliar e nem pré-julgar.

Ocorre que esta Casa inteira, Sr. Presidente, e ocorre que todo o Paraná, por ser esta a lei talvez mais importante que esta Casa tem a oportunidade de elaborar durante todo o período, o Paraná todo tem a sua atenção voltada para o Poder Legislativo, para esta Assembléia, a saber e a procurar entender o que irá a Assembléia Legislativa resolver a respeito do assunto.

A Mesa desincumbe-se da sua missão, a Mesa, com o pronunciamento que fez V. Exa. agora, deixa de ter responsabilidade aparente no encaminhamento da questão.

Todavia, Sr. Presidente, cumpre o projeto, agora, uma tramitação supérflua, por retornar à Comissão de Orçamento.

Tenho para mim que esteja na Casa o Presidente desta Comissão, tenho para mim que esteja na Casa o Relator desta Comissão.

Gostaria, Sr. Presidente, e seria de bom alvitre que esta Casa e o Paraná, de antemão, ouvissem a palavra do Presidente e do Relator desta Comissão a respeito, porque não há modificação alguma no original, substancial, de forma a exigir estudo de qualquer natureza mais aprofundada.

Gostaríamos de ouvir agora, aqui, Sr. Presidente, que o Deputado que preside esta Comissão e que o Deputado que relata esta Comissão, pudessem dizer que amanhã já seria anunciada, incluída na ORDEM DO DIA, a terceira Discussão, a Lei Orçamentária do Estado para 1.977.

Era o apelo até que eu dirigiria a estes dois eminentes Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não existe na palavra do Deputado Enéas Faria, de fato, uma QUESTÃO DE ORDEM, mas, um apelo à Comissão, que a Comissão escutou.

O SR. JORGE SATO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma Questão do Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra, em Questão de Ordem, ao Sr. Deputado Jorge Sato.

O SR. JORGE SATO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria, inicialmente, uma vez levantado o problema do Orçamento pelo Sr. Deputado Enéas Faria, de dizer de que, como Presidente desta Comissão, e obedecendo rigorosamente o Regimento Interno, temos procurado cumprí-lo e, em tempo hábil devolvê-lo a esta Presidência, para que o Plenário o aprecie.

Recebemos esta manhã, encaminhada pela Presidência desta Casa, a Proposta Orçamentária; de imediato a encaminhamos ao Sr. Relator e ao mesmo tempo convocamos os membros desta Comissão, para uma reunião a ser realizada logo após o encerramento desta Sessão Plenária.

Assim sendo, acredito que a pergunta do Deputado Enéas Faria em relação a este assunto eu tenha, neste instante, respondido, como Presidente desta Comissão de Orçamento.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.